



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

6782 - Trabalho Completo - XV Reunião Regional da ANPED Centro-Oeste (ANPED-CO) (2020)

ISSN: 2595-7945

GT 02 - História da Educação

REGISTROS DE (IN)DISCIPLINA EM LIVROS DE OCORRÊNCIAS DE ESCOLAS PÚBLICAS DE DOURADOS-MS

Adrielly Soares Silva - UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

Rosemeire de Lourdes Monteiro Ziliani - UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

REGISTROS DE (IN)DISCIPLINA EM LIVROS DE OCORRÊNCIAS DE ESCOLAS PÚBLICAS DE DOURADOS-MS

Introdução

Este resumo aborda o tema de uma proposta de pesquisa de mestrado em andamento (desde 2020) no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). O tema abordado surgiu de inquietações afloradas em discussões ocorridas em grupo de estudos na perspectiva foucaultiana.

O objetivo da pesquisa é analisar quais comportamentos, dados como “desviantes”, de alunos de turmas do ensino fundamental II, de escolas públicas do município de Dourados-MS, foram considerados e tomados como objeto de registros, e de punição, em Livros de Ocorrências (LO’s) utilizados por parte das escolas e, de outro, como esses registros vem sendo utilizados na instituição escolar, como instrumento de controle disciplinar e burocrático desses comportamentos. As escolas a serem selecionadas ainda estão sendo contatadas (via *e-mail* devido a pandemia do Covid-19).

Estamos tomando os LO’s como fonte para a pesquisa, perpassando a atualidade e a história do disciplinamento e do controle dos corpos, provindos do século XIX, e no Brasil especialmente do século XX. Os LO’s são recursos importantes para se entender os padrões definidos como “disciplina e controle” em funcionamento no interior das instituições escolares. A investigação científica proposta pretende estudar a disciplina/controlado dos corpos e dos comportamentos, considerando os registros contidos nos Livros de Ocorrência, para entender quais e como alguns deles constituíram-se objeto de registros e de punição e como a escola tem agido para (con)formar as subjetividades de crianças e adolescentes considerados

indisciplinados.

Além disso, a pesquisa busca interpelar novas questões que possam contribuir com informações relevantes para pensar o ensino-aprendizagem e a história das instituições escolares.

Desenvolvimento

Com a análise desses registros, espera-se que o conteúdo discursivo e a forma de organização em que se apresentam, ajudem a encontrar evidências sobre a dimensão da vigilância e do controle exercidos sobre crianças e adolescentes no interior das escolas. Esta análise será feita em diálogo com a perspectiva foucaultiana, em especial a concepção de relações de poder com suas tecnologias e mecanismos próprios (disciplina e normalização).

A vigilância hierárquica no poder disciplinar e os mecanismos de previsão na “biopolítica” permitem entender como acontece o controle dos indivíduos e da população, respectivamente. Esse entendimento contribui para problematizar esse instrumento de registro em que se constituem os LO’s, visando delimitar o que é (in)disciplina. Conforme Foucault (1977, p. 168), no aspecto individual do poder disciplinar, “Forma-se então uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos”.

Para outros aspectos teóricos como a utilização dos LO’s, recorremos a autores como Ratto (2007), que fez uma análise pertinente, enfatizando o papel disciplinador desses Livros, destacando seus usos como documento de captura das indisciplinas dos alunos, e para evidenciar suas “anormalidades” diante dos comportamentos referenciados em determinadas regras/normas, numa tentativa de “normalizar e normatizar” essas crianças. Para evidenciar os LO’s como fonte utilizaremos as autoras Fonseca, Paula e Silva e Salles (2014), Moro (2002) e Ratto (2007), que abordam em seus trabalhos o uso dos Livros de Ocorrência como ferramenta disciplinar na escola, assim como as mudanças que esse recurso sofreu ao longo de sua utilização.

Moro (2002) buscou compreender o uso legal desse recurso e sua relevância para a disciplinarização de docentes. A pesquisa se deu no estado do Paraná, por isso o documento que a autora encontrou foi “O Código de Ensino do Estado do Paraná”; documento que dava poder a um “Secretário de Interior e Justiça e Instrução Pública” para inspecionar e fazer suas diligências em todas as escolas do Estado. A data do arquivo utilizado pela autora é do início do século XX, ano de 1917. A localização dessa fonte evidencia sua utilização há mais de um século, com a finalidade de disciplinar e normalizar as crianças. Segundo a autora, este documento ainda fazia referência a utilização dos Livros de Ocorrências em cada escola, visto que a passagem do “Delegado de Ensino” faria sua inspeção sobre as narrativas desse livro. Recurso que permanece sendo utilizado na atualidade, mesmo com algumas transformações.

Além de o documento mostrar que os comportamentos não desejáveis seriam vistos por uma supervisão externa, também descrevia as condutas que deveriam ser capturadas. Os professores faziam a leitura das regras para que os alunos ficassem conscientes dos modos aceitáveis de agir dentro da instituição. O documento também fazia referência aos pais para que estivessem a par dos comportamentos e assiduidade de seus filhos na escola, assim como normas referentes a suspensão do aluno e a proibição de transferência para outra escola em casos de indisciplina. A autora expõe também outros dois decretos que respaldavam o uso do Livro de Ocorrência nas escolas, um de 1924 e outro de 1938, que tinham regulamentações muito próximas ao primeiro documento encontrado. O documento mais recente exposto pela

autora foi o “Decreto N° 18.180, que regulamentava o Funcionamento das Escolas Normais do Estado” (MORO, 2002, p. 5) do ano de 1955, o qual previa em um de seus artigos a descrição da disciplina que deveria constar nas instituições para seu bom funcionamento, assim como a utilização do Livro para anotações de penas impostas aos alunos.

Assim como Ratto (2007) explica que a utilização desses livros servia como instrumento de disciplina e de controle na escola, Moro (2002) também faz menção a essa finalidade dos mesmos, conotando esse recurso como um meio de manter a ordem e cumprimento de regras, a fim de que a escola tenha um bom funcionamento e que o silêncio e a dominação dos corpos e ações sejam suficientes para que aconteça o ensino-aprendizagem.

Fonseca, Paula e Silva e Salles (2014), abordam a utilização dos LO's em duas escolas públicas no interior de São Paulo, enfatizando as categorias que deram para as narrativas encontradas e as perspectivas dos docentes sobre essas ocorrências. Na pesquisa das autoras aparece uma nova utilização dos LO's, pois para além da disciplinarização há também um caráter burocrático neste documento. Como Ratto (2007) enfatiza o uso desse recurso para uma proteção da escola, as autoras também evidenciam essa característica de defesa em que os alunos passam de sujeitos indisciplinados a “sujeitos criminosos”, “violentos” e, desse modo, considerados “incivilizados”; assim, essas ocorrências serviriam de amparo, caso outras instâncias externas à escola precisem corroborar situações descritas no Livro.

Os efeitos pedagógicos desses Livros não são mais observados, uma vez que se nota a falta de autoridade e respeito no âmbito escolar. Neste sentido, observa-se que os LO's passam de método disciplinar a um recurso burocrático e as ocorrências descritas passam a ter uma finalidade de defesa com princípios de registros de salvaguarda da instituição escolar.

Sobre a (in)disciplina na escola buscamos apoio de Aquino (1998; 2011; 2016) que elabora uma abordagem social sobre a indisciplina, a partir do cotidiano escolar brasileiro. Aquino (2011) também realizou um levantamento bibliográfico de trabalhos que já usaram a “(in)disciplina” como temática de pesquisa.

Aquino (2011) aponta uma emergência em problematizar as questões disciplinares na instituição escolar, em uma perspectiva sócio-histórica, na intenção de não apenas reverberar as conotações já dadas aos instrumentos normativos de disciplinarização, mas de uma desconstrução das práticas de disciplinamento presentes nas tradições pedagógicas, visando reconstruir os significados das relações de poder, nas quais se produzem a disciplina e a indisciplina na escola.

Conclusão

A problematização e análise das narrativas disponíveis e selecionadas a partir dos LO's, são essenciais para a investigação em andamento, que busca responder como esses registros vem sendo utilizados como instrumento de controle disciplinar e/ou burocrático na instituição escolar, nas últimas décadas, quais comportamentos foram considerados objetos desses registros e como a escola intervém para o controle e/ou transformação dos mesmos. Com a pesquisa pretendemos ainda dar visibilidade ao uso dessa fonte na história e historiografia da Educação.

Palavras-chave: Registros de Ocorrências. Disciplina. Normalização.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Julio Groppa. A indisciplina e a escola atual. **Revista Faculdade de Educação**. São Paulo. V.24, n.2, p. 181-204. Jul/Dez. 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-25551998000200011&script=sci_arttext>. Acesso em: 10 de jul. de 2020.

AQUINO, Julio Groppa. Da (contra) normatividade do cotidiano escolar: Problematizando discursos sobre a indisciplina discente. **Cadernos de Pesquisa**. v. 41, n. 143, Mai./Ago. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742011000200007&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 5 de ago. de 2020,

AQUINO, Julio Groppa. Indisciplina escolar: um itinerário de um tema/problema de pesquisa. **Cadernos de Pesquisa**. v.16, n.161. p. 664-692. Jul./Set. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742016000300664&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 5 de ago. de 2020.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1977.

FONSECA, Débora Cristina. SALLES, Leila Maria Ferreira. PAULA e SILVA, Joyce Mary Adam de. Contradições do processo de disciplinamento escolar: os “Livros de Ocorrências” em análise. **Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**. São Paulo. v. 18, n. 1, Jan./Abr. 2014. p. 35-44. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/pee/v18n1/v18n1a04.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2019.

MORO, Neiva de Oliveira. O “LIVRO PRETO”: Como eram tratadas a disciplina e a indisciplina nas escolas da região dos campos gerais - Sua base legal, conteúdo e representações sociais que produzem nas escolas da região dos Campos Gerais. **Anais da I Jornada do HISTEDBR**. 2002. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos_pdf/Neiva_de_Oliveira_Moro_artigo.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2020.

RATTO, Ana Lúcia Silva. **Livros de ocorrência**: (in)disciplina, normalização e subjetivação. São Paulo: Cortez, 2007.